

A violência contra a mulher na literatura utópica de Emília Freitas

Taís de Victa Rocha¹

Introdução

O presente artigo destina-se a apresentar a questão da violência contra as mulheres na literatura utópica da escritora cearense Emília Freitas em 1899, e de como sua narrativa pioneira na fantasia com a obra *“A Rainha do Ignoto”*, já denunciava o descaso social com o tema ao final do século XIX.

A escolha por Emília Freitas também se soma ao objetivo de iluminar a escrita e a produção intelectual feminina das mulheres em um contexto dominado pela presença massiva dos homens.

Uma escritora à margem da História e da Literatura Brasileira

Quantas escritoras brasileiras foram revisitadas nas salas de aula até o fim da década de 1990? Sobre quantas aprendemos e quantas realmente foram lidas pelo grande público? Nomes como Cecília Meireles, Clarice Lispector, Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Adélia Prado são os mais lembrados e citados, graças à presença que possuíram na imprensa e aos críticos literários que aceitaram ceder espaço para divulgação de suas respectivas obras.

O mercado, no entanto, nunca foi amigável desta forma para as escritoras brasileiras, Carolina Maria de Jesus no alto da favela do Canindé, jamais seria Carolina Maria de Jesus se um repórter não tivesse disponibilizado o apoio para a publicação dos seus

¹ Licenciada em Letras e Especialista em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher pela PUC Rio

livros. Mesmo com tal feito, foi ridicularizada pela Academia e pelo racismo de leitores mais elitistas.

A imprensa do século XIX raramente cedia espaço para a escrita das mulheres, aquelas que podiam, desfrutavam do privilégio da alfabetização e presença intelectual na família. Emília Freitas, escritora e professora cearense, nascida a 11 de Janeiro de 1855 em Vila União, atual distrito de Jaguaruana, teve a possibilidade de conviver com a vida política do pai e a educação da mãe; ela e os irmãos, criados na província cearense, participaram ativamente das lutas abolicionistas que agitaram a capital. Logo, Emília enveredou-se pelas poesias abolicionistas, como descreve a imprensa de Fortaleza em 1883:

Ocupou depois a tribuna a Exma. Sra. D. Emília Freitas. Já vantajosamente conhecida por suas produções literárias, e por seu adiantado espírito abolicionista, a talentosa jovem em estrofes sublimes de sentimento arrancou do imenso auditório frenéticos aplausos. (FORTALEZA, 08/01/1883)

Seus poemas foram reunidos na obra *“Canção do Lar”*, onde se destacou a presença do sofrimento das mulheres negras escravizadas que viam seus filhos serem importados e traficados ao Sul, devido à intensificação provocada pelo fechamento do tráfico atlântico. O Ceará era a província que mais importava mão de obra escravizada. Além dessa situação, Emília vivenciou a Guerra do Paraguai e a seca que devastou o Ceará de 1877 a 1879, onde foi preciso autorizar a emigração para a Amazônia a fim de diminuir o fluxo de retirantes do interior.

Com esses episódios, seu engajamento com as causas abolicionistas aumenta, participando de periódicos como *“Aves Libertas”* e *“Esperança e Porvir”* (1879). O ápice dessa luta foi o fechamento do Porto de Fortaleza em 1881, com a figura do jangadeiro Francisco da Matilde e também de policiais que apoiaram os jangadeiros, sofrendo a deportação para Belém.

A abolição da escravatura foi decretada na província em 1884, um ano antes, era oficializada a participação feminina na Sociedade Libertadora Cearense, com vinte e duas mulheres.

Emília Freitas em Manaus – Magistério e a Educação das Mulheres

Enquanto o Rio de Janeiro vivia uma efervescência cultural com a “*Belle Époque*”, revelando inclusive, figuras como Chiquinha Gonzaga, uma nova seca devastava o Ceará de 1889 a 1890

Desolada com a estiagem e a perda de familiares, Emília muda-se para Manaus; a modernização da cidade amazônica permite que a autora atue no Magistério. Essa mudança poupou-a de sofrer represálias pelos círculos letrados do Ceará, que consumiam cada vez mais as ideias higienistas, deterministas e positivistas que acaloravam também a capital imperial. Para esses acadêmicos, as mulheres eram inferiores aos homens por determinismos biológicos.

Mesmo lecionando numa escola para meninas órfãs no Amazonas, Emília Freitas não ficou alheia a essas discussões. É possível observar em algumas partes do romance “*A Rainha do Ignoto*” que a autora confrontará essas ideias.

As concepções misóginas desses acadêmicos acabaram por perpetuar graves violências simbólicas contra as mulheres, favorecendo a violência de gênero com sérios discursos de alteridade, demarcando assim a organização social subalternizante do gênero feminino.

Manaus passava pelas intensas transformações provocadas pela exportação e extração do látex, as relações entre cearenses e manauenses se intensificaram.

Por conta desse trânsito e das péssimas condições sanitárias, várias alunas de Emília Freitas se ausentaram das aulas. O governo transferiu-as para uma chácara na região periférica, longe do porto e das agitações.

Entre março de 1898 a agosto de 1899, mais de 20 alunas vieram a óbito por impaludismo² (APEA: Relatório de Instrução Pública de Manaus, dezembro de 1898; apud Cavalcante, 2007; 115)

² Uma das nomeações da doença conhecida como Malária, no Brasil, no fim do século XIX; a malária estava presente em todo o território nacional, particularmente na costa litorânea, poupando apenas alguns segmentos dos estados sulinos. (CAMARGO, Erney. “Malária, Maleita, Paludismo” - Coleção Endemias- Instituto Butantã-USP).

Nesse contexto silencioso, ela iniciaria a produção e conclusão do romance “*A Rainha do Ignoto*” às margens do Rio Negro.

“*A Rainha do Ignoto*”: Quando uma rainha utópica estremece a realidade brasileira

Segundo Ann J. Lane, na Introdução de “*Herland*” (1915), obra utópica de Charlotte Perkins Gilman, dentre todas as obras de utopia, dois terços foram escritas no século XIX quando, realmente, o mundo se encontrava no processo de visível e formidável modificação. As utopias geradas na onda do crescimento e desordem capitalistas com frequência eram vistas como um chamado à ação, tanto por seus criadores, como por seus seguidores.

A função utópica seria a de fornecer uma visão especulativa do objeto desejado da existência humana. Em sua maioria, as utopias criam novas estruturas sociais que encarnam aquelas finalidades.

Essas obras assumem em geral, que as instituições humanas podem ser modificadas, de uma forma mais compreensível, alterando hábitos e a formação das pessoas. Suas raízes estão na imaginação literária e não propriamente no campo político, antes de transformada, a sociedade deve ser primeiramente conhecida.

Não há como adentrar a obra “*A Rainha do ignoto*” sem levar em consideração a ousadia da autora, como ela mesma faz questão de apontar na introdução do romance dirigindo-se ao leitor:

Hão de achar sua protagonista demasiadamente extravagante. Mas se considerarem nos gênios que são verdadeiras aberrações da natureza, seja o desvio para o sumo bem ou sumo mal, verão que a Rainha do Ignoto não é na realidade um gênio impossível, mais um gênio impossibilitado que, passando para o campo da ficção encontrou os meios de realizar os caprichos de sua imaginação raríssima... (FREITAS, Pag.29).

De uma forma leve e seriada, o livro divide-se em capítulos recheados de aventuras alegres e dramáticas nas diversas províncias brasileiras, no entanto, é através de um jovem advogado que retorna à aldeia da Passagem das Pedras depois de uma temporada

de estudos na Europa, que o leitor é inserido nos costumes, tradições e personagens da região.

O jovem encanta-se pelas superstições locais em torno da “*Funesta*” e “*Fada do Areré*”, nomeações dadas à Rainha nos povoados.

Em seus diversos capítulos, Emília Freitas centralizou os problemas sociais brasileiros em torno da “*Ilha do Nevoeiro*”, as serviçais e combatentes da Rainha eram denominadas como suas paladinas, todas mulheres.

Em três vapores, elas expedicionam pela costa brasileira resolvendo crises, amparando jovens, idosos, soldados, mulheres e crianças que eram acolhidos na “*Ilha do Nevoeiro*”.

A estrutura do reino com abrigamentos em celas e salões para diversos eventos é rica em detalhes utópicos. Há referências e críticas explícitas à Igreja, ao Império e ao machismo da sociedade.

É visível nas ações da Rainha, o teor assistencialista que impregnava a sociedade imperial e suas inúmeras casas de beneficências.

As descrições da grande massa desfavorecida à margem do Estado e da Igreja abrem-se como um chamado à reflexão das políticas públicas para mulheres, enfrentamento à violência, acolhimento e inserção social.

A loucura, desequilíbrio mental, histerias e traumas são correlacionados também nesse contexto, outra tentativa da autora de visibilizar a voz dos excluídos através de suas palavras e histórias.

Dentre os diversos capítulos, escolhi dois nos quais há a questão da violência contra as mulheres à época, como eram tratadas e como por meio de sua personagem utópica, Emília Freitas denuncia a condição das mulheres.

Capítulo XXX: “*São muitas as ruas da amargura transitadas por pessoas que carregam a cruz.*”- Violência contra as Mulheres- Acolhimentos assistencialistas X Abrigos como construção política de enfrentamento

Introduzido na Ilha do Nevoeiro, Edmundo é conduzido por Roberta para os estabelecimentos que acolhiam a população, tomando ciência dos fatos que levaram à necessidade da assistência.

- Que edifício é aquele de frente cinzenta com rótulas e frisos brancos?
- _ É o purgatório, asilo de todas as criaturas inutilizadas pelo sofrimento, que a rainha recolhe e protege, procurando curar as que têm cura, e consolar as desenganadas, disse Roberta.
- _ É bastante espaçoso!
- _ Tem muitas divisões, tomou ela, para os loucos, os cegos, os paralíticos, os velhos e ainda para os empregados (XXX-201).

A grande arte de Emília Freitas foi contextualizar as diversas problematizações sociais por meio da narrativa. Destacando os diversos casos de violência contra a mulher que não eram observados como problemas e sim fatos naturais ao contexto, submetidos à lógica normativa do patriarcado e suas instituições.

Os acolhidos que não poderiam trabalhar na manutenção da sociedade e aquelas que não poderiam atuar junto às paladinas, em sua maioria apresentavam desordens cognitivas, por isso foram apresentados em quartos ou celas de abrigo. Emília Freitas possivelmente presenciou a criação dos centros de recolhimentos voltados para aqueles que eram considerados incapacitados psicologicamente; os alienados.

A gravidade da pobreza e a migração das secas fizeram com que diversos centros de recolhimentos fossem construídos no interior do Ceará entre 1870 a 1880³.

A apresentação dos fatos permeados pela violência contra a mulher virá muitas vezes caracterizada pela loucura, pela confusão dos discursos e traumas enfrentados pelas acolhidas no reino.

³ Entre 1877 e 1879, o grande número de indigentes, órfãos e prostitutas crescente pela cidade, representando um caos, levou o governo provincial, em articulação com os segmentos das elites política, comercial e religiosa, a construir instituições ligadas à assistência e proteção à infância, mendicância e loucura. É nesse sentido, que durante a década de 1880 surgiram, respectivamente, a Colônia Christine, o Asilo de Mendicância e o Asilo de Alienado São Vicente de Paula. Muitos desses indigentes e pobres em geral tornaram-se o público alvo do Asilo de Alienados. Em 1874, o Visconde de Cauhiipe, pessoa de grande reputação entre seus pares, tendo exercido as funções como Tenente Coronel e Vice-Provedor da Santa Casa de Misericórdia, demonstrou interesse em construir um espaço destinado aos loucos depois de ter “contemplado, errante e perseguida, andrajosa e faminta, uma pobre louca nas ruas d’esta cidade.” (STUDART, Guilherme. “Dadas e Factos para a História do Ceará”. Fortaleza, Typ. Studart, 2º vol, 1896. 1892)

Poucas figuras masculinas marcam presença no acolhimento, porém, destoa-se a carga de violência sofrida pelas mulheres.

Ao olhar por uma janela do local, Edmundo depara-se com três mulheres que apresentavam distúrbios mentais:

– Tire sua máscara que está conhecido, senhor Simão das dúzias.. ah...ah...ah...

(...) _ Você pensa, seu veado garipu, seu carneiro da música do batalhão, que é naquele em que acreditava nas sirigaitas, suas parceiras. Hoje eu sei...vou perguntar a minha varinha de condão.

(...) O Dr, Edmundo ia retirar-se da grade, desconfiado, quando gritou outra com uma voz esganiçada que lhe chamou a atenção:

_ Ambicioso! Casaste para me roubar! Anda, quero já aqui meu ouro! Vai buscar meu gado, as minhas casas...Ladrão! (com voz ameaçante) Joga! Bebe! Pagodeia!. Anda! Anda! Ladrão!

E atirou com um castiçal de ferro que se chocou contra a grade e voltou quase aos pés dela.

Roberta disse:

_ Esta foi uma moça rica, já entrada na idade, que casou com um moço pobre e peralta. Ele gastou toda a fortuna da desventurada e depois abandonou-a para sempre, ela enlouqueceu.

_ E aquela outra da varinha? Perguntou Probo.

_ Aquela era uma moça bastante feia, e bastante tola: apaixonou-se por um oficial do exército que morava no mesmo quarteirão da rua. Ela entendeu ser correspondida somente porque ele, ao passar pela janela a cumprimentava, sem sequer lançar-lhe a vista. Mas quem teve a culpa foram umas moças que moravam na vizinhança e que a tomaram para divertimento. Contando-lhe mentiras que lhe davam a esperanças ilusórias...a pobre moça tinha o juízo fraco, e o corpo também, porque a mãe era viúva de poucos recursos; foi-se impressionando e enlouqueceu.

A terceira louca impressionava mais ainda: era moça e muito bonita; mas tão magra e tão pálida que metia dó! O olhar triste e profundo tornava-se de repente espantado.

Ela estava de pé embalando uma rede, onde deitara um travesseiro enfaixado como criança recém-nascida, e depois, caiu de joelhos diante dela bradando:

_ Perdão! Perdão! Minha querida filhinha, para tua desgraçada mãe!

E caía em pranto, soluçando alto com o rosto entre as mãos.

Depois erguia a cabeça, olhava em roda e dizia zangada:

_ Vão embora, senhores polícias! Eu não matei minha filha...Eu

matei Sabina mesma...Já morri, estou morta!...querem me levar para a cadeia? Vão buscar um caixão!...digam ao padre que traga água benta para afugentar os demônios....eu estou condenada

(...)

_ Que bela rapariga. E que loucura esquisita!

_ Está magra assim de jejuar e rezar, diz que é para resgatar a alma condenada de Sabina, como ela costuma chamar-se a si mesma.

_ E cometeu mesmo algum crime?

_Cometeu, afirmou uma empregada do asilo: era filha de um vaqueiro de uma fazenda pertencente a uma velha viúva e rica, nos sertões do Ceará, O pai de Sabina tanto tinha de reto, de honrado, como de brusco e colérico, para quem não andasse direito com ele. Era uma fera! A filha, muito bonita e muito requestada, era quem mais sofria os arrancos do gênio dele. A velha, dona da fazenda, que não tinha filhos nem pessoa que lhe administrasse os bens, pôs como administrador um moço muito ativo e bem-apegoado; mas de origem tão nobre como a filha do vaqueiro. Ambicioso e despido de escrúpulos, calculou com a riqueza da velha, e com o amor da moça. No dia em que ele se casava com a dona da fazenda, a filha do vaqueiro, em casa de uma tia e madrinha, dava à luz uma criança que matou e sacudiu presa a uma pedra, ao fundo de um poço. O pai veio buscá-la nessa mesma noite, e encontrou-a louca; mas o segredo ficou entre a tia e ela, cujos dizeres eram tomados por todos como disparates da loucura (XXX-202-205).

Nessa primeira apresentação das três mulheres, nota-se que a loucura é uma espécie de véu aos traumas, a primeira mulher denota em suas descrições a violência patrimonial sofrida pelo companheiro, pode-se refletir em como a presença da cultura patriarcal não permitia na maioria dos casos que a mulher discernisse sobre as liberdades de gerenciamento dos bens com os companheiros, estando sujeitas às ilusões dos mesmos.

A segunda mulher denota as características de violência moral alimentada em padrões de status e beleza, reforçados por vizinhas também educadas nas rivalidades da constituição patriarcal. Esse fato também se enquadra nas questões de violência psicológica, com a diminuição da estima, descrita como juízo fraco.

A terceira mulher, uma jovem filha de fazendeiro, iludida pela madrasta e pelo administrador da fazenda do pai, que é descrito

com uma postura de rígido patriarca; apresenta a figura da mulher condenável, assassina da própria filha. Dada as circunstâncias, a condenação do infanticídio que recai sobre a mãe também se assemelha ao julgamento imposto às mulheres que decidem por interromper uma gestação nos dias atuais.

Nesse período, a igreja mantinha através das irmandades, a chamada Roda dos Expostos⁴, em situações autoritárias e de profunda rejeição e abandono; a decisão das mulheres recaía no infanticídio, principalmente se as gestações derivavam de relações desviantes da moral.

Atualmente os aparatos legais e de assistência às mulheres vítimas de violência estão garantidos no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007), um acordo que une os Governos Federal, Estaduais e os municípios brasileiros para a construção de estratégias de gestão para a orientação das políticas de enfrentamento e de combate à violência contra a mulher.

Foram necessários anos de reformulações e a própria consolidação da Assistência Social⁵ para que, atreladas à cidadania das mulheres, fossem promulgadas leis como a nº 11.340/2006 conhecida

⁴ O aparato assistencial da Roda assegurava o anonimato do expositor, protegia as mulheres brancas de filhos ilegítimos, combatia o infanticídio prezando pelo batismo das crianças e pela honra das famílias. A possibilidade dessa assistência estava entre acordos fiscais do vice-rei e os dirigentes das irmandades. (NASCIMENTO, Alcileide. "A sorte dos enjeitados" – O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). Universidade Federal de Pernambuco, 2006)

⁵ A Assistência Social foi historicamente, no contexto brasileiro, detida pelas instituições religiosas e utilizada como "moeda de troca" política, seja na zona urbana, seja na zona rural, com o poder dos coronéis. O Estado varguista criou grandes instituições, como a LBA (Legião Brasileira de Assistência), que não fugiu à lógica da benemerência, do primeiro-damismo e do "favor aos pobres": a política social de assistência sempre foi, portanto, cunhada pela ótica do favor, a serviço da manutenção da miséria e dos interesses das elites brasileiras. O processo de constituição da cidadania no Brasil foi marcado pela restrição das liberdades civis, enquanto o Executivo ficou com o "papel" de criar os direitos sociais, como um distribuidor repressor e paternalista de empregos e favores. A ação política voltava-se para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação das representações políticas. A cultura política brasileira foi, portanto, mais orientada para o Estado do que para o fortalecimento de representações políticas na sociedade civil: uma espécie de "estadania" em contraste com a "cidadania". (CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002)

como Lei Maria da Penha e a Lei nº 13.104/2015 que altera o art. 121 do Decreto-Lei número 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Atualmente, no âmbito das Políticas Públicas de enfrentamento à violência contra a mulher importa esclarecer essas mudanças no cenário da assistência, atendimento e amparo às mulheres observando-se o abismo em que se situavam os casos de violência contra a mulher quando relegadas às assistências benemerentes.

No momento em que a sociedade clandestina não atua em conformidade com o trabalho do governo e da igreja, fazendo uma atuação e concentração próprias através de um grupo organizado de mulheres, há a percepção do que seria uma semente da sociedade civil organizada inconsciente ainda, dos principais elementos que dariam voz e força a um feminismo insurgente no século seguinte.

Emília Freitas consegue em cada retrato que faz das acolhidas e amparadas, criar um vislumbre feminista, emancipador, não se pode ignorar a sua trajetória durante os adventos abolicionistas e a participação no braço feminino da Sociedade Libertadora Cearense; ao construir uma “sociedade utópica de mulheres”, mesclando diversos contextos e questões sociais vivenciadas e observadas. Não é simples descrever a construção e monitoramento de Políticas para Mulheres sem autonomia de Estado e diálogo, e é impossível não direcionar o discurso ao feminismo, tanto como faz a narrativa de Emília como o que dá embasamento a todas as construções políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Outros casos visualizados são apresentados no “Recolhimento dos Desconsolados”:

Introduziu os visitantes em uma sala, onde se via mulheres de todas as idades, com sinais de todos os sofrimentos morais e físicos que inutilizavam o corpo: estava uma com uma paralisia agitante e um aneurisma na aorta, causada por um aperto de garganta que o marido lhe dera quando bêbado, cambaleando, voltava uma noite da taverna. Adiante estavam duas cegas muito parecidas, tendo ambas as olheiras muito visíveis.

_ Quem são aquelas duas cegas que se parecem tanto? Se uma não fosse nova e a outra velha poderiam ser gêmeas.

_ São mãe e filha, disse Madalena (zeladora do recolhimento), cegaram de chorar!

_ Como é possível?

_ Sim, esta senhora é viúva, tinha um filho muito bem comportado, e que era o seu arrimo, da irmã de duas tias velhas e doentes; veio um mandão de aldeia, por intriguinhas pequeninas, recrutou-o, mandou-o para a capital a fim de que o embarcassem para a Guerra do Paraguai. Debalde foram os empenhos de uma pessoa bem intencionada, que se compadeceu delas porque esses empenhos chegaram tarde, e o filho da viúva seguindo para a guerra desapareceu para sempre como engolido por terremoto. Morreu decerto, e elas, desde que o viram partir, entraram a chorar, e choraram tanto que cegaram. A moça estava para casar, perdeu a vista, o irmão e o noivo (XXX-208).

As mulheres sem direitos e poderes ficavam à margem, abandonadas e desamparadas. Essas mulheres também serão retratadas em outras ocasiões, como naquelas em que são destituídas de posses e nas que não conseguem assistência moral nas situações em que o governo deveria ampará-las. Porém, além da ausência de amparo, a primeira mulher apresentada já incomoda o leitor (quem lê): possui um grave aneurisma na aorta e uma “paralisia agitante” causada por uma violência doméstica. Ao destacar a situação de abandono a que estavam destinadas as mulheres que se mantinham com os filhos provedores, Emília Freitas acaba reforçando também a discussão em torno de como as estruturas sexistas e desiguais que predominam nas relações de gênero, são perigosas para o desenvolvimento tanto dos homens quanto das mulheres. Principalmente quando as instituições sociais também colaboram para perpetuar essa divisão, seja nos meios de produção, quanto na cultura da sociedade.

No mesmo recolhimento, são apresentadas mais duas mulheres:

Depois das duas cegas notava-se uma velha alta, desempenada de feições romanas, que estava de pé junto à grade da janela passando pelos dedos as contas de um rosário, e cochichando

rezas. Naquele rosto sulcado pela mão da idade e pela dor, via-se ainda os primeiros traços duma beleza raríssima! Mas, de seus olhos, de sua boca, de suas faces cavadas transparecia uma tristeza tão pesada que vinha oprimir a alma de quem se lhe aproximava.

_ Tem uma enorme cicatriz na garganta, disse Probo, a meia voz.

_ Foi um golpe de navalha, acudiu Madalena ela tentou suicidar-se.

_ Ah! Meu Deus! Por quê? Perguntou Roberta.

_ Porque a cruz dela foi mais pesada que a das outras e faltou-lhe a coragem para chegar até o cimo do seu calvário. Esta infeliz, quando foi colhida pela Rainha do Ignoto, vivia em companhia de uma coleção de irmãs solteiras, já bastante velhas e pobres, umas verdadeiras santas, pacientes e rezadoras. Em idades tão avançadas, eram elas tão ingênuas como uma criança! Presume-se que Flávia fosse tão boa como suas irmãs, posto que tivesse casado com um malvado. O marido de Flávia, pouco tempo depois de casado foi fazer uma viagem e não voltou; ela soube que ele vivia com outra mulher lá para os sertões do Piauí, e continuou a esperá-lo, vivendo só na casinha em que ele a tinha deixado. Uma tarde, ao pôr do sol, ela o viu entrar empunhando uma faca que cravou-lhe de um lado. A pobrezinha caiu banhada em sangue, e ele; julgando-a morta, fugiu para casar com a outra, mas enganou-se, ela escapou e, estando para dar à luz a primeira filha, esta em consequência da grande quantidade de sangue que perdeu a mãe, nasceu paralítica e idiota. Ali está sentada naquela rede, sem se poder erguer, já há trinta e seis anos! É uma vítima da perversidade de seu próprio pai (XXX-210).

Nessa apresentação, há novamente a alusão ao perigo da ingenuidade romântica, amparada pela normatização religiosa. A questão do privilégio masculino em casar-se, manter relações extraconjugais e procurar, sobretudo, não desmoralizar sua própria honra com recursos ardis de defesa, é explicitada na descrição da violência sofrida pela mulher e nas consequências sofridas pela filha.

Há uma tentativa de feminicídio banalizada pelo status masculino de defender a própria imagem, porém, há o escape da mulher e a revelação de que a vítima era uma gestante. A violência física sofrida gera deficiências na filha, então paralisada e “idiota”. Provoca reflexão o fato de que essas mulheres estão sendo apresentadas e

suas vozes são intermediadas pelas responsáveis dos recolhimentos e pela assistente da rainha, Roberta.

Emília Freitas consegue situar o leitor à frente do problema, provocando a contestação da relevância dos serviços especializados de atendimento que estão disponíveis às mulheres em situação de violência.

A própria questão do abrigo, por se tratar de um dos recursos utilizados nas antigas concepções de assistência, pode confundir profissionais e pesquisadores que apenas detém as concepções de assistência garantidas após a lei Maria da Penha e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A antiga concepção de abrigamento não visava o combate à violência, negativamente contribuiu para que a violência contra a mulher se institucionalizasse:

Recolhimento, orfanato, asilo, casa de passagem. Público, particular, filantrópico. Instituições com o mesmo significado, em locais e tempos diferentes. Todos recebendo mulheres. Meninas, filhas, adultas, esposas. Seja pelo fato de haver se tornado órfã, seja pelo abandono do marido, seja pela necessidade de auxílio e socorro por estar sofrendo ou ter sofrido violência de gênero, as instituições de assistência atendiam, e ainda atendem, mulheres necessitadas de ajuda e proteção. Quase todas vítimas de violência de gênero e, de certa forma, vítimas da complacência social em torno das agressões por razões de poder e dominação masculina, por haver a compreensão geral de que a violência é uma prática natural, principalmente a doméstica. Especificamente em se tratando de violência conjugal, a sociedade faz vista grossa entendendo que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Contudo, na colônia portuguesa da América, a Igreja, o estado e a sociedade interferiram na vida privada da população, cada um a seu modo. O estado, que não reconhecia a violência contra a mulher como um problema político, pouco interferia nas brigas domésticas de pais e filhas, nem nas conjugais, considerando as hostilidades masculinas contra a mulher, filha ou esposa, irrelevantes e também naturais.(...) Assim, a violência doméstica contra a mulher, esposa ou filha, foi institucionalizada e passou a tomar parte dos usos e costumes de parcela da sociedade brasileira (NADER, 2009).

As casas- abrigos que atendem à Política de Enfrentamento à Violência contra a Mulher rompem com as teorias complacentes e punitivas presentes nas antigas assistências, estando incorporadas diretamente na política de enfrentamento, com o combate à revitimização das mulheres através da violência institucionalizada.

Os Centros Especializados, as Delegacias Especializadas e também a Central de Abrigamento Provisório (Cejuvida) do Plantão Judiciário são os responsáveis pela realização dessa triagem no Estado do Rio de Janeiro. No Ceará, duas casas-abrigo estão situadas em Fortaleza. Obviamente, as condições para que os Estados e Municípios atendam ao funcionamento dessas redes podem variar.

No Plano Nacional 2013-2015, as metas definidas compreendiam o aumento em 30% do número de Serviços Especializados, o mínimo de 10% de Municípios com algum tipo de Serviços e que em todos os Municípios exista um Centro de Referência de Assistência Social.

Capítulo XLI : *“Até no monturo e na lama das ruas se encontra um coração de mulher.”* - Caso Faustina - Intervenções antigas e atuais

Nesse capítulo, a Rainha está em comissão com as paladinas no Pará, resolve sair disfarçada de uma irmã da Sociedade de São Vicente de Paula acompanhada por Roberta. Uma ocorrência de violência é percebida numa das ruas por onde caminham:

Aonde iria, àquela hora, pois a corneta acabava de tocar as nove? Seguiram em frente ao porto e dobraram por uma ruazinha de casas de má aparência. Em uma delas, meio arruinada, já sem metade da calça, via-se uma fraca claridade que saía pela porta meio cerrada.

A Rainha do Ignoto escutou de pé junto ao portal e disse:

_Roberta, parece que houve aqui alguma desgraça, ouço gemer, chorar e às vezes gritos abafados, ais dolorosos.

_ Empurre a porta, senhora.

E ela, sem mais considerações, empurrou e entrou, seguida por sua boa companheira.

Na sala não havia ninguém; mas no corredor, estendida no chão, uma rapariga de cor escura tinha a cabeça rachada e estava com os cabelos sujos de sangue, que lhe corria pelos vestidos.

_ Mas o que foi isto? Perguntou a Rainha do Ignoto inclinándose para ela;

_ Cacetada! Respondeu Roberta, está se vendo que foi uma enorme cacetada!

_ É preciso estancar este sangue, Roberta, veja algodão para queimar, trouxe o frasco de arnica?

_ Tudo está aqui pronto, senhora, respondeu Roberta, procurando na cesta que trouxera enfiada no braço.

_ Em poucos minutos estava feito o tratamento, e elas não vendo outras pessoas na casa conduziram a doente para o quarto, cujo ladrilho estragado lhes fazia dar topadas aqui e ali.

_ Não havia leito, puseram-na numa rede ordinária.

_ Nem ao menos uma almofada para calçar-lhe a cabeça! Disse a Rainha do Ignoto, correndo a vista pelo quarto.

_ Ali estão dois baús, observou Roberta, talvez haja neles algum pano.

_ Nada senhoras, sou uma miserável, disse a rapariga falando pela primeira vez.

_ Quem lhe pôs nesse estado? Perguntou a Rainha do Ignoto. A rapariga caiu em pranto e não respondeu.

_ Queremos protegê-la, diga-nos tudo sem receio.

_ As senhoras não apitam, não o mandam prender? Interrogou ela com olhos suplicantes.

_ Se não sabemos de quem fala como poderemos denunciá-lo? Disse a Rainha do Ignoto. Conte-nos a sua estória e descanse que não faremos nada que não seja para aliviá-la.

_ Eu não sou daqui, disse ela, sou do Ceará.

_ Como se chama?

_ Faustina, fui criada pela D. Rosinha que morava lá na Rua do Trilho de Ferro. Ela me mandava fazer compras na taverna; enquanto era pequena ia satisfeita; fui crescendo entrei a recuar porque o taverneiro me dirigia pilhérias; mas ela me espancava quando eu não queria ir. Já estava com quatorze anos e queria bem a um rapaz carroceiro que foi nosso vizinho e que estava trabalhando para arranjar os meios de fazer nosso casamento; mas os perversos mesmos que procuraram me desencaminhar entraram a contar-lhe histórias, a falar mal de mim... o pobre do Cipriano acreditou em tudo e desespe-

rado embarcou para o Pará. Sem esperança de me casar com Cipriano, maltratada por D. Rosinha, fugi uma noite de casa, e tornei-me mais desgraçada do que já era. Depois embarquei também para o Pará e encontrei Cipriano trabalhando no trapiche... ele me recebeu muito bem, viemos morar nesta casinha; mas nunca me perdoou a minha doidice e tem um ciúme terrível de mim.

_ Não era isso o que queríamos saber; vamos, diga quem lhe fez este ferimento!

_ Ah, senhora, ele estava cego de raiva! Vinha hoje do serviço quando uma vizinha, que me quer mal, não sei porquê, lhe contou uma calúnia a meu respeito...

_ E ele meteu-lhe o cacete?

_ Não, senhora, foi com um acha de lenha.

_ E não o prenderam? Perguntou Roberta.

_ Nem fale nisto, senhora, disse Faustina, aflita, os vizinhos apitaram, vieram soldados, mas eu assim mesmo ferida ainda o escondi. Quiseram levar-me à chefatura; mas tanto pedi, que tiveram pena, e me deixaram ficar, fui entrando na sala e caí no corredor. Cipriano já vinha acudir-me quando as senhoras entraram.

Elementos da assistência antiga (caridosa) são os utilizados, as poucas pessoas que adentrarem nas residências eram as irmãs de caridade. Logo, mesmo que sob disfarce, a Rainha inicia uma indagação sobre a ocorrência da violência, atendendo também aos danos físicos sofridos pela jovem.

A história pessoal, características, abusos de poder por outra mulher mais abastada, calúnias de vizinhas, ciúme e agressão do companheiro podem dar a impressão de que é o retrato típico da mulher em situação de violência nos dias atuais, poucas diferenças podem ser consideradas.

O “apito da vizinhança” ressalva o grau da institucionalização da violência. Faustina é a mulher que não tendo segurança econômica, sofre triplamente os abandonos; do companheiro, da sociedade, do trabalho e de si mesma.

Esta é a intervenção que Emília Freitas conseguiu encontrar para a solução do problema de Faustina: A Rainha arcar com todas as despesas do matrimônio e bem estar do casal!

Situação que compactua com as assistências antigas, era comum jovens recorrerem às irmandades para solicitarem dotes para casamentos.⁶

Cipriano, o suposto agressor de vinte e quatro anos, se encontrava escondido no quarto, dentro de um dos baús. Ao aparecer perante elas, é indagado pela Rainha sobre a agressão; preocupa-se mais com a própria honra do que com a situação em que colocou a companheira:

_Não está arrependido do que fez, senhor Cipriano?...
_ Se é mentira o que me disseram, estou; se não é...”

A Rainha interrompe e releva a atitude de defesa de Faustina, como prova de que ela não era uma inconstante. A complacência destoa do que o leitor gostaria que fosse na realidade feito: a responsabilização do agressor. Os únicos meios de assistir uma mulher em situação de violência: ou estavam do lado alienante da caridade ou do completo abandono institucional.

Mesmo que persista no imaginário a não publicização da violência, com vários fatores que pressionam as mulheres ao retrocesso e à constante revitimização. É contra esse retrocesso e pela integridade da mulher que os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência se posicionam como mecanismo essenciais de enfrentamento, com uma equipe interdisciplinar para atendimentos Psicológico, Social, Jurídico, Orientacional e Informativo. Além de romper a situação violenta, está direcionado à recuperação da condição feminina por meio da cidadania.

Há uma controvérsia entre suprir ou a condição da miséria ou a condição da violência sofrida, como se fossem equiparadas, na atitude da Rainha. Arrisca-se a invisibilizar a mulher por detrás da condição socioeconômica, prejudicando a análise do problema e seu enfrentamento.

⁶ A Santa Casa da Misericórdia através dos dotes das órfãs e expostas, convertia as doações na recolocação das mulheres na vida social sob o status de casada. Numa tentativa de controle e de combater a ilegitimidade filial. (ALGRANTI, Leila. “Honradas e devotas: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993)

Por essa constatação, a solução encontrada pela autora torna-se mais compreensível, o que não significa acatada.

A condição socioeconômica da mulher ainda é um fator que pode permitir a presença da situação de violência, mesmo que alguns programas assistenciais voltados para combater as desigualdades sociais existam, não são fatores de prevenção. A criminalização do agressor propõe que a institucionalização da violência não persista no comportamento social. Equiparadas à segurança, proteção e informação, devem estar a restituição psicológica, social e moral da mulher.

Assim como pressupõe a resposta de Cipriano, em duvidar de Faustina, as reticências em “*Se não é...*”, respondem por vários crimes atrozes que foram cometidos em nome da honra.

Em 1979, a ONU adota a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), nesse período os primeiros movimentos feministas organizados e engajados politicamente começam a surgir, avançando contra os sistemas sexistas e opressores (machistas), a impunidade de crimes cometidos em nome da honra levaram essas mulheres a se reunirem em torno do lema “Quem ama, não mata” em 1976, com o assassinato de Ângela Diniz por seu ex-marido, Raul Fernando do Amaral Street.

Destacam-se no Rio de Janeiro, a exemplo do Estado de São Paulo, a criação do SOS – Mulher⁷, de uma iniciativa voluntária, estabelecida na identidade e identificação com o Feminismo para o que seria uma aproximação com o problema da violência contra a mulher diretamente dos relatos das vítimas, a cartilha “*Flor-Ação*” apresentava os casos vivenciados pelas mulheres que procuravam o atendimento (MEDEIROS, 2011).

Numa perspectiva abrangente, essa proximidade com a experiência da violência rompe com a experiência assistencial que não visava ao apoio às mulheres com uma percepção feminista, o incentivo que faltava à “maçonaria de mulheres” do qual a personagem de Emília Freitas estava distante. Presas à concepção assistencial das irmandades, numa época em que as mulheres não poderiam

⁷ Espaço de reflexão, proposição e atendimento não governamental composto por mulheres de diferentes formações reunidas na concepção do movimento feminista.

se organizar em coletividade, a verdadeira utopia era cogitar um espaço em que pudessem atender especificamente as mulheres em situação de violência.

A inexistência de políticas sociais, a carência de estrutura e apoio e de outros serviços de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, consequentemente a ausência de uma rede de serviços contribuíam, em muito, para que as mulheres voltassem a viver com seus maridos e companheiros autores da violência sofrida (MEDEIROS, 2011).

As dificuldades dessa falta de apoio e fortalecimento de uma estrutura em rede também são sentidas pelas mulheres do SOS-Mulher.

Considerações finais

Da escuridão e ocultação dos recolhimentos para a luz do dia, para a fala, para o auxílio focado na autonomia, foram séculos de desconstrução. Tentar redefinir a trajetória que uma mulher como a personagem Faustina de dentro de sua miserável condição, podendo dispor dessa recepção lapidada pelo “feminismo em prestação de serviço”⁸, leva ao encontro da constatação de quantas vidas poderiam ter sido poupadas, acolhidas de maneira que a necessidade de apoio não fosse considerada uma questão de loucura e abandono.

A sociedade civil cada vez mais une esforços para o monitoramento da efetivação das Políticas Públicas, principalmente quando crises orçamentárias e de gestão governamentais se tornam ameaças, interesses individuais, religiosos e intensas propagandas de intolerância tentam barrar os mínimos e árduos avanços que foram conquistados.

⁸ Definição da profissionalização dos atendimentos realizados pelas feministas, que se direcionam ao apoio à mulher em situação de violência (PINTO, 2003:81-82 apud MEDEIROS, 2011).

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BANDEIRA, Lourdes. **“Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres- Avançar na transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas”** CEPAL-SPM/PR)

BRASIL. *Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha.* Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** – (2011)

Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** (2013).

CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e literatura.** Ed. Brasiliense, 1989.

CAVALCANTE, Alcilene. **Uma escritora na periferia do império: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908).** Tese de doutorado em Literatura Brasileira. UFMG, 2007.

_____. **Rimas da liberdade.** *Revista de história da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 05, n.56, p. 76-79, Maio. 2010

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência.** 2011.

DUARTE, Constância Lima. **“Emília Freitas”.** In MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) *Escritoras brasileiras do século XIX.* Antologia. Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/Edunisc, 1999

_____. **Feminismo e Literatura no Brasil**, Revista de Estudos Avançados, 2013 (UFMG)

Instituto de Segurança Pública- (ISP), RJ. **Dossiê Mulher 2015-** (ISP), RJ.

FARAH, M.F.S. **Gênero e Políticas Públicas.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, V.12, Nº 1, P.47 -71. Jan/abr., 2004.

FREITAS, Emília. **A rainha do Ignoto, romance psicológico.** Florianópolis/Santa Cruz do Sul, Mulheres/Edunisc, 2003.

GILMAN, Charlotte Perkins. **Herland.** Livraria Francisco Alves, 1981.

MEDEIROS, Luciene. **“Quem Ama Não Mata”:** A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a

mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho - 2011.

NADER, Ana Beatriz. **“Questões de Gênero no processo de Assistencialismo Religioso – A violência contra a Mulher e a Santa Casa da Misericórdia”** Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.2, p. 86-105, jul./dez. 2009

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **“A sorte dos enjeitados” – O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

PINHEIRO, Maria Jaqueline Maia; FROTA, Maria Helena de Paula. **“As Casa-Abrigo”: Política Pública de Proteção à Mulher Vítima de Violência Doméstica.** – O Público e o Privado, nº 8, Jul/Dez 2006, Universidade Estadual do Ceará.

PITANGUY, Jacqueline. **Violência contra a Mulher: consequências socioeconômicas. Novas Perspectivas de Gênero no Século XXI.** Cadernos Adenauer, Pag.115-124, 2013-Fundação Konrad Adenauer).

SAFFIOTI, Heleieth. **“A mulher na Sociedade de Classes”** – Mito e Realidade Ed. Expressão Popular, 2013.

STEARNS, Peter. **“História das Relações de Gênero”**. Ed.Contexto, 2015, 2ª edição.

STUDART, Guilherme. **“Datas e Factos para a História do Ceará”**. Fortaleza, Typ.Studart, 2º vol,1896.